

Dia 15 de outubro Dia Internacional da Mulher Rural

Ano 2026 Ano Internacional da Mulher Agricultora

“Dia e Ano para comemorar mas todos os dias a valorização/validação do papel da mulher rural contribui para o desenvolvimento sustentável das sociedades”

Foi implementado pela assembleia geral das nações unidas o **Dia internacional da mulher rural** na resolução 62/136 de 18-12-2007, com o objetivo de relevar o papel crucial que as mulheres desenvolvem na dinamização dos territórios do interior. Esta consciencialização tornou-se vital pois a visualização e validação das inúmeras atividades desenvolvidas por tantas mulheres no mundo rural sempre foi algo de urgente e necessário para o bem das comunidades. O sustento das suas famílias e/ou a gestão dos recursos naturais está e, sempre esteve, nas mãos das mulheres que habilmente conciliam, de forma resiliente, a vida familiar e a crescente vida profissional.

Na UE, o pilar europeu dos direitos sociais tem como prioridade a igualdade de acesso no mercado de trabalho, a condições de trabalho justas e ao equilíbrio entre vida familiar e profissional. Esta proposta diretiva pretende preservar os direitos existentes e melhorá-los introduzindo direitos novos tanto para mulheres como para homens.

A Assembleia geral da ONU adotou por unanimidade em 02-05-24 uma resolução em que declarou **2026 como o Ano Internacional da Mulher na Agricultura**. A organização das NU para a alimentação e agricultura (FAO) salienta que a resolução convida todos a aumentar a consciencialização sobre o papel vital que as mulheres agricultoras desempenham em todo o mundo nos sistemas agro alimentares, bem como, sobre as suas contribuições para a segurança alimentar, nutrição e erradicação da pobreza.

Em Portugal, no último recenseamento agrícola, em 2019, no total dos produtores singulares cerca de 33% eram mulheres e 67% eram homens. Passados 4 anos estas percentagens revelam um crescimento nas explorações tituladas por mulheres.

Nos dirigentes são cerca de 15% mulheres e 85% homens estando a subir nos últimos anos a representação das mulheres como responsáveis das explorações, como empresárias independentes, algumas integradas em sociedades comerciais com um papel mais assertivo e ouvido na gestão do negócio. As políticas públicas de proteção na parentalidade têm permitido às mulheres agricultoras uma participação mais ativa no mercado de trabalho.

Apesar de serem cerca de 39% da população rural, as mulheres enfrentam alguma discriminação ao nível dos desafios da posse da terra, meios de produção, acesso a trabalho seguro e de qualidade, remuneração equitativa, participação nos processos de tomada de decisão e acesso a crédito e serviços financeiros. Como sinal dos tempos, é recente um estudo onde a desigualdade entre mulheres e homens baixou no salário e na reforma. Aguardemos que o setor agrícola sinta esses reflexos num futuro próximo.

O Conselho Consultivo das Mulheres Agricultoras está integrado na CAP, Confederação dos Agricultores de Portugal e o seu foco é divulgar e partilhar as atividades das mulheres ao longo do país e, na sua intervenção europeia, no COPA/COGECA, procuramos tomar consciência dos

desafios que as mulheres agricultoras europeias enfrentam de modo a congregar esforços em iniciativas comuns.

A aceitação das mulheres no seio do setor agrícola foi um enorme desafio com várias etapas para quebrar os obstáculos que a tradição e os hábitos culturais inculciam. Estes desafios foram compromissos assumidos por ambas as partes, as mulheres para se empoderarem e os homens para aceitarem que a visão e a partilha entre géneros é primordial para alcançar os objetivos inicialmente propostos. O ser mulher ajuda imenso este processo e a riqueza da diversidade é, com toda a certeza, uma conquista. A igualdade de género é importante, mas há muitas outras questões que necessitam de um longo caminho para serem quebradas. São necessárias políticas públicas para a consciencialização, valorização e reconhecimento do papel das mulheres no setor produtivo.

É consensual, em vários estudos, que as mulheres são necessárias no processo de decisão das empresas agrícolas e não agrícolas sendo que, com mulheres, o diálogo é mais fácil, mais rápido e com maior leque de questões a ter em conta.

A mulher procura empoderamento com mais formação e qualificação que também têm sido conquistadas. Se nas escolhas possíveis só há homens não podem haver mulheres em lugares de tomada de decisão, é um padrão a alterar. A presente geração, em plena atividade, é com toda a certeza a geração de transição.

Presentemente, ainda assistimos a importantes e relevantes eventos na área agrícola no nosso país onde as mesas redondas são compostas só por homens que titulam cargos executivos na instituição pública e privada mas as plateias já marcam a diferença muito bem participadas por mulheres, tanto em número como em competência validada por todos. Algumas já vão assumindo alguns lugares inculindo as diferentes maneiras de ver e de pensar. Todos ganhamos com este envolvimento e complementariedade.

Por isso, num futuro próximo os desafios serão quebrar estes padrões, um maior número de mulheres dirigentes/chefias/cargos mas, também, um maior número de homens cuidadores da família. A sociedade ficará a ganhar com uma educação mais equilibrada dos nossos filhos, com toda a certeza.

Maria do Céu Salgueiro

Presidente do Conselho Consultivo das Mulheres Agricultoras da CAP